

## Novas regras do FPE podem ser votadas em fevereiro, diz Sarney

Prorrogação dos critérios atuais por cinco meses, de acordo com decisão liminar do Supremo Tribunal Federal, não é interferência no Parlamento, segundo presidente do Congresso, e sim uma orientação mais dirigida ao Executivo

O presidente do Senado, José Sarney, mostrou confiança na aprovação de novas regras para o Fundo de Participação dos Estados (FPE) ainda em fevereiro. Ontem o presidente em exercício do Supremo Tribunal Federal, ministro Ricardo Lewandowski, garantiu em liminar a prorrogação por pelo menos 150 dias dos repasses segundo os critérios usados desde 1989.

— Acredito que estamos numa fase final de ajustamento e não vejo por que não resolvamos isso até mesmo no mês de fevereiro, se tivermos a boa vontade das bancadas — disse Sarney.

Lewandowski tomou a decisão ao analisar pedido feito no início da semana por quatro estados (Bahia, Maranhão, Minas Gerais e Pernambuco) que pretendiam garantir a continuidade do recebimento mesmo sem previsão legal. O STF havia dado prazo até dezembro para que o Congresso atualizasse as regras, consideradas ultrapassadas. Atualmente, 85% do FPE vai para os estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, cabendo os 15% restantes aos do Sudeste e do Sul.

Como não houve votação, o repasse do fundo, que representa até 70% do orçamento anual de alguns estados, ficou sem amparo legal. Mas a parcela referente aos primeiros dez dias da arrecadação de janeiro foi repassada aos estados



Sarney afirma que o prazo de discussão não foi longo para um tema tão complexo e que a fase atual é de conclusão

Genildo Magalhães/Agência Senado

pelo Tesouro Nacional dia 18. De acordo com o órgão, os repasses vão continuar porque o dinheiro não pertence à União, e, sim, aos estados.

Sarney lembrou que o FPE foi uma das grandes preocupações do Congresso no ano passado. Sobre a decisão liminar do ministro Lewandowski, ele disse não considerá-la uma interferência no Parlamento.

— O despacho do ministro Lewandowski não dá prazo para o Congresso. Apenas mantém a decisão que o STF tinha tomado de uma nova regulamentação. E diz que, durante cinco meses, serão mantidas as regras. Ele é mais dirigido ao Poder Executivo, no sentido de manter a transferência de acordo com os índices da antiga distribuição — explicou o presidente do Senado.

Terça-feira o Congresso enviou ao STF um documento em que nega ter-se omitido por não ter votado novas regras até 2012. A Advocacia-Geral do Senado explicou que tramitam nas duas Casas 29 proposições sobre o assunto e que o prazo não foi cumprido por ser tema extremamente complexo.

### Fase de conclusão

Questionado sobre a demora do Legislativo em definir a proposta, Sarney ressaltou que o Congresso não teve 36 meses para fechar um acordo sobre o assunto, depois da decisão do STF, tomada em 2010.

— Não foram 36 meses. A partir da publicação do acórdão até 31 de dezembro de 2012, foi um ano e meio, o que realmente é um prazo que não é longo para uma

Casa Legislativa votar um assunto tão controverso. Nós já estamos trabalhando nisso, apenas estamos numa fase de conclusão — disse o senador.

Segundo Sarney, outra prioridade do Congresso para este início de ano legislativo é a definição final das regras para os royalties do petróleo.

— Temos dois problemas que temos que resolver, que são ainda uma hipoteca da legislação anterior: o problema dos royalties e o problema do Fundo de Participação dos Estados — afirmou.

No caso dos royalties, representantes de estados produtores e de não produtores ainda travam embate em torno da derrubada ou não do veto parcial da presidente da República, Dilma Rousseff, às regras aprovadas pelo Congresso.

### Proposta aumenta repasses da União para os estados

Aguarda designação de relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 19/12, que aumenta os valores dos repasses da União para o FPE.

Do autoria de Aécio Neves (PSDB-MG), a PEC diz que a União repassará mais 1% da arrecadação do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) como recursos para o fundo.

A Constituição destinou 21,5% desses impostos para o FPE e 22,5% para o Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Em 2007, diz o senador, a Emenda Constitucional 55 criou destinação adicional de 1% desses tributos para o FPM, montante que deve ser repassado em dezembro.

Aécio lembra que esse adicional foi criado para fortalecer as finanças municipais, dando suporte a despesas de fim de ano, principalmente o 13º salário dos servidores.

Na opinião do senador, os estados também passam pelos mesmos problemas de fim de ano.

Ao apresentar a PEC, o senador já previa que a criação de novos critérios de repartição dos recursos do FPE poderia ocasionar perda de receita para alguns estados. Para ele, esse acréscimo de 1% nos repasses poderia ser usado pela União para compensar parte dessas perdas.

## “Não podemos deixar chegar ao quinto mês”, alerta Pinheiro



Pinheiro propõe manter os valores atuais do FPE como piso por 3 anos

Na avaliação de Walter Pinheiro (PT-BA), diante do novo prazo dado pelo STF, os legisladores devem se mobilizar imediatamente para colocar um fim à insegurança jurídica.

— Não podemos deixar chegar ao quinto mês para definir esta questão — alertou.

Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, Pinheiro voltou a defender que os parlamentares votem logo no início dos trabalhos as novas regras do FPE. Ele deve ser o relator na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do

PLS 289/11 — Complementar, que estabelece novos critérios, assim como outras sete propostas que tramitam em conjunto.

O PLS 289/11 — Complementar está na Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR), em conjunto com outras sete proposições. O substitutivo de Pinheiro mantém como piso, por três anos, os valores recebidos atualmente pelos estados. A ideia é que a previsão orçamentária dos estados não seja afetada.

— O substitutivo produz

as mudanças determinadas pelo STF, garante os valores atuais dos repasses aos estados e o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, dentro do previsto nos planos plurianuais — disse.

O senador também ressaltou que é um risco votar qualquer proposta que prejudique as projeções orçamentárias.

— É preciso promover conforto jurídico e econômico, garantindo o cumprimento das projeções orçamentárias, pois, caso contrário, os estados podem recorrer — alertou.

### Sarney afirma que entrega a Casa mais organizada para seu sucessor 2

### Senado debate nova forma de indicação para ocupantes dos tribunais superiores 2

# Sarney diz que deixa o Senado mais organizado

A uma semana de deixar a Presidência da Casa, ele cita o Portal da Transparência, o sistema de comunicação e o plano de cargos e salários

A UMA SEMANA do encerramento de sua gestão na Presidência do Senado, José Sarney disse hoje que enfrentou uma carga de trabalho pesada, em razão da complexidade da administração da instituição, mas que se sente feliz por deixar a Casa organizada. Ele foi indagado sobre como estão sendo estes últimos dias na Presidência.

— Estou vendo com muita felicidade chegar o dia de transferir a Presidência. Vamos entregar o Senado administrativamente muito bem organizado. O Portal da Transparência, por exemplo, vocês estão utilizando bem. Vejo a quantidade de informações que são pedidas e que são fornecidas por nós. A reforma administrativa, 80% dela está implantada.

Sarney falou dos procedimentos administrativos por ele inaugurados para tornar a instituição mais moderna e transparente. Disse que o plano de cargos e salários foi concluído e que poucas repartições públicas têm hoje uma estrutura de organização e de pessoal tão boa quanto o Senado.

— A informatização foi total. Basta ver que não é fácil manter a parte de comunicação que nós fizemos, com rádio, TV, agência de notícias. No ano passado tivemos, em nossa agência, mais de 1 milhão de acessos, o que mostra o acompanhamento da população sobre os trabalhos do Senado.

Sarney disse que dedicará o término do seu mandato ao trabalho legislativo.

Indagado se sentirá saudades da Presidência do Senado, ele respondeu:

— Quando eu deixo os cargos, tenho por norma o seguinte: eu não olho para trás.



Equipe da TV Senado em atividade: Sarney disse que um de seus legados como presidente da Casa é o sistema de comunicação, que inclui TV, rádio, jornal e agência

## Senado estuda mudar regras para escolha da cúpula do Judiciário

As indicações para os tribunais superiores têm provocado debates sobre a conveniência de novas regras para designação e avaliação dos candidatos. A insatisfação motivou no ano passado a apresentação no Senado de duas propostas, defendidas pelos autores como necessárias para tornar transparente e democrática a escolha da cúpula do Judiciário.

Uma proposta de emenda constitucional (PEC 44/12) que tem à frente o senador Cristovam Buarque (PDT-DF) determina que os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) passem a ser indicados pelo presidente da República a partir de uma lista sêxtupla

composta por nomes sugeridos por diferentes instituições. Hoje o nome é escolhido diretamente pelo presidente.

A lista sêxtupla seria composta de nomes indicados pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), pela Câmara dos Deputados e pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

A segunda proposta é um projeto de resolução (PRS 81/12) do senador Pedro Taques (PDT-MT) que altera o regimento do Senado. O objetivo é garantir que ocorra uma investigação mais rigorosa de aspectos da vida dos indicados tanto para o

STF quanto para os demais tribunais superiores.

Pela Constituição, os candidatos ao STF são escolhidos entre cidadãos “com notório saber jurídico” e “reputação ilibada”. A Constituição também inclui os integrantes dos tribunais superiores entre as autoridades que devem ser aprovadas pelo Senado, por voto secreto, após sabatina.

### Lista tríplice

Se a PEC de Cristovam for promulgada, o presidente deixará de encaminhar um único candidato para cada vaga aberta no Supremo. Depois de conhecer os nomes dos seis indicados pelas demais instituições, o presidente

fechará uma lista tríplice para envio ao Legislativo.

Depois de sabatinar os três indicados, a Comissão de Constituição e Justiça do Senado (CCJ) escolherá aquele que, de acordo com seus integrantes, reúne os melhores atributos para o cargo. Esse terá seu nome finalmente submetido ao Plenário, para referendo em votação secreta, com a exigência de maioria qualificada para a aprovação.

Cristovam argumenta que o atual processo de escolha de membros do STF, por decisão “unipessoal” do presidente, representa uma excessiva personalização.

A PEC está na CCJ, onde aguarda designação de relator.

## Postulante a tribunal teria de dizer se fez “lobby” por cargo

Com seu projeto, Taques espera que os candidatos aos tribunais superiores expliquem ao Senado os “caminhos” que percorreram — “se tortuosos ou não” — até serem indicados ao posto.

Pelo texto, eles devem informar qualquer contato feito com agentes públicos detentores de cargo na Presidência da República ou órgãos envolvidos com sua escolha ou futura atuação.

A proposta obriga o candidato a relatar se esses contatos tiveram por finalidade algum tipo de sondagem acerca de sua opinião em qualquer julgamento, tema ou assunto que possa ser submetido ao tribunal para o qual foi indicado. Terá ainda que revelar qualquer circunstância que tenha cercado sua indicação e entrevistas com autoridades de que tenha participado.

Para Taques, é essencial

garantir a escolha de ministros com independência no julgamento. Poucos dias antes de apresentar a proposta, Taques havia criticado o ministro do STF Luiz Fux por causa das notícias de que ele teria solicitado apoio de políticos à sua indicação.

Pelo projeto, as sabinas só deverão ocorrer 48 horas, no mínimo, após os membros da CCJ terem recebido as informações solicitadas pelo

presidente do Senado a cada indicado.

Taques revela que seu projeto foi inspirado no processo de escolha da Suprema Corte dos Estados Unidos. Lá os indicados pela Presidência passam por investigação de todos os aspectos de sua vida que possam ter reflexo em sua atuação como magistrado.

O texto ainda está em fase de emendas na Mesa. Em seguida, irá para a CCJ.

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** José Sarney

**Primeiro-vice-presidente:** Anibal Diniz

**Segundo-vice-presidente:** Waldemir Moka

**Primeiro-secretário:** Cícero Lucena

**Segundo-secretário:** João Ribeiro

**Terceiro-secretário:** João Vicente Claudino

**Quarto-secretário:** Ciro Nogueira

**Suplentes de secretário:**

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

**Diretora-geral:** Doris Peixoto

**Secretária-geral da Mesa:** Claudia Lyra

### SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor:** Fernando Cesar Mesquita

**Diretor de Jornalismo:** Davi Emerich

### AGÊNCIA SENADO

**Diretor:** Mikhail Lopes (61) 3303-3327

**Chefia de Reportagem:** Teresa Cardoso e Milena Galdino

**Edição:** Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

**Site:** [www.senado.leg.br/noticias](http://www.senado.leg.br/noticias)

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

**Diretor:** Eduardo Leão (61) 3303-3333

**Editor-chefe:** Flávio Faria

**Editores:** Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burle

**Diagramação:** Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

**Revisão:** André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

**Coordenação de fotografia:** Paula Cinquetti

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso (61) 3303-3333